



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## **A BIOPOLÍTICA E A NORMALIZAÇÃO DA (D)EFICIÊNCIA: a diferenciação ética como forma de resistência nas práticas educacionais**

### **BIOPOLITICS AND NORMALIZATION OF (D)EFFICIENCY: ethical differentiation as a form of resistance in educational practices**

### **BIOPOLITIKO KAJ LA NORMIGADO DE (D) EFIKO: etika diferencigo kiel formo de rezisto en edukaj praktikoj**

Daniel Salésio Vandresen<sup>17</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo analisar o conceito de d(eficiência) como um modo de pensar a normalização biopolítica no presente. Por meio de um metodologia de revisão bibliográfica, defendemos a ideia de que a deficiência não deve ser julgada pela normalização biopolítica da eficiência, mas que devemos experimentar aquilo que nos faz comum: a deficiência é que nos faz humanos e singulares. O percurso descritivo deste trabalho de investigação teórica parte inicialmente da problematização do conceito de eficiência na biopolítica, em seguida, desenvolvemos o conceito de diferenciação ética como forma de resistência à normalização da deficiência nas práticas educacionais. Enfim, superar o discurso normalizador biopolítico que vê na deficiência algo a ser superado e envolver-se por uma atitude que seja conduzida pela ética do acolhimento amoroso, um olhar que deixa-se afetar pelo outro.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Eficiência. Educação. Ética.

#### **Abstract**

---

<sup>17</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Marília – SP; Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Toledo – PR; Especialista em História do Brasil pela Universidade Paranaense – UNIPAR e Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE – Brusque – SC. Docente do Instituto Federal do Paraná – IFPR, *campus* Coronel Vivida – PR. Vice-coordenador do Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR e Editor-chefe da Revista “IF-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica”. Integrante dos Grupos de Pesquisas: ENFILO - Grupo de estudos e pesquisa sobre o ensino de filosofia (UNESP/Marília) e NEDIH - Núcleo de Educação em Direitos Humanos (IFPR/Coronel Vivida). Coordenador do Projeto de Pesquisa "O ensino de filosofia e a escrita de si como experiência existencial" (PIBIC-Jr IFPR/CNPq, aprovado em edital em 2019, 2020 e 2021). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de filosofia, subjetividade, técnica, Michel Foucault. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6662-4703>. E-mail: [daniel.vandresen@ifpr.edu.br](mailto:daniel.vandresen@ifpr.edu.br)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

This article aims to analyze the concept of d (efficiency) as a way of thinking about biopolitical normalization in the present. Through a literature review methodology, we defend the idea that the deficiency should not be judged by the biopolitical normalization of efficiency, but that we must experience what makes us common: deficiency is what makes us human and unique. The descriptive path of this theoretical research work starts from the problematization of the concept of efficiency in biopolitics, then, we developed the concept of ethical differentiation as a way of resisting the normalization of disability in educational practices. Finally, we seek to overcome the biopolitical normalizing discourse that sees deficiency as something to be overcome and to be involved in an attitude that is guided by the ethics of loving acceptance, a look that lets itself be affected by the other.

**Keywords:** Biopolitics. Efficiency. Education. Ethic.

### Resumo

Ĉi tiu artikolo celas analizi la koncepton de d (efikeco) kiel pensmanieron pri biopolitika normaligo nuntempe. Per literatura revizia metodaro, ni defendas la ideon, ke handikapo ne devas esti taksata per la biopolitika normigado de efikeco, sed ke ni spertu tion, kio igas nin komunaj: handikapo estas tio, kio faras nin homaj kaj unikaj. La priskriba vojo de ĉi tiu teoria esplorado komenciĝas de la problemigo de la koncepto de efikeco en biopolitiko, tiam ni disvolvas la koncepton de etika diferencigo kiel formo de rezisto al la normaligo de handikapo en edukaj praktikoj. Finfine, venki la biopolitikan normaligan diskurson, kiu vidas handikapon kiel ion superotan kaj partoprenas sintenon gvidatan de la etiko de ama brakumo, rigardo, kiu lasas sin esti influita de la alia.

**Ŝlosilvortoj:** Biopolitiko. Efikeco. Edukado. Etiko.

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar o conceito de d (eficiência) como um modo de pensar a normalização biopolítica no presente. A partir disso, refletimos sobre suas implicações para o campo educacional, pois presenciamos muitos discursos no espaço escolar de profissionais que diante do encontro com o deficiente, manifestam sua angústia e despreparo para lidar com o diferente. E que acabam por desenvolver práticas de ensino que invisibilizam o outro, não dando espaço para que o outro possa viver e expressar seu momento.

Deste modo, em um primeiro momento apresento, a partir da leitura biopolítica de Michel Foucault, o modo como agimos dominados por uma normatização da eficiência que nos impede de experienciar com o outro a sua e a nossas deficiências. Em seguida, desenvolvemos o conceito de “diferenciação ética” desenvolvido nos trabalhos do prof. Pedro A. Pagni, o que leva a refletir sobre a possibilidade de se pensar um



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

modo de vida deficiente, através de uma ética que visa a construção de relações que aconteçam em uma experiência comum.

### A Normalização Biopolítica

Michel Foucault no curso “Nascimento da Biopolítica” (2008), especificamente na aula de 14 de março de 1979, analisa a teoria do Capital Humano como uma forma de comportamento econômico que normatiza a eficiência. Para o autor, o neoliberalismo norte-americano desenvolvido pela Escola de Chicago na década de 1960, produziu-se muito além das decisões econômica e administrativas pela máquina estatal, mas, sobretudo, como um modo de vida em que o comportamento humano responde de forma ativa e sistemática aos estímulos econômicos da produção de si. Por isso, descreve:

[...] um capital humano no curso da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas e que novos tipos de análise são apresentados pelos neoliberais. Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais (FOUCAULT, 2008, p. 315).

Nesta perspectiva, a interpretação de Foucault é de que a formação de capital humano funciona na lógica econômica neoliberal como produção de uma subjetividade competente que seja capaz de múltiplas habilidades. E funciona como um poderoso elemento de sujeição, isto é, um instrumento biopolítico<sup>18</sup> para direcionar as condutas individuais e coletivas sob o modelo das competências e da criatividade.

<sup>18</sup> Com a noção de biopolítica, Foucault pretende realizar um diagnóstico das relações de saber-poder que a partir da modernidade se constrói em um tipo de governamentalidade da vida. O biopoder gere e ordena a vida, pois “[...] seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem [...]”. (FOUCAULT, 1988, p. 130). As noções de biopolítica e biopoder expressam o deslocamento que Foucault realiza para pensar as transformações que ocorrem no final do século XVIII e início do século XIX, em que o poder não se destina a regular apenas o indivíduo por meio de um poder disciplinar, mas age como gestão da vida e da população, por meio de um poder bio-técnico-político que tem por objetivo administrar as forças da vida. A trajetória de sua investigação sobre a biopolítica pode ser situada tendo como primeira incursão a conferência de 1974 sobre “O Nascimento da Medicina Social” (2011, p. 402-424), em 1976 publica a obra “História da Sexualidade I: a vontade de saber”



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Foucault (2008) examina dois elementos presentes na ideia de capital humano: um que se refere ao método de análise, que é o modo como se utiliza do conceito para delimitar o problema; e o outro, um tipo de programação, onde a construção do capital humano pelo indivíduo funcionaria como uma forma de tornar o comportamento normatizado. E é esse segundo elemento que conduz nossa descrição dessa noção.

Deste modo, Foucault mostra que os autores neoliberais praticam uma análise econômica tem por objetivo:

[...] a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos. [...] Ou seja, será necessário, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha (FOUCAULT, 2008, p. 307).

Nesse sentido, se concebe o trabalhador como sujeito ativo, pois ele mesmo conduz seu comportamento em vista da construção de seu capital humano que lhe vai permitir produzir renda. Foucault (2008) desenvolve a noção de empresário de si mesmo<sup>19</sup>, onde cada trabalhador é uma unidade-empresa em que ele próprio é seu produtor, o trabalhador como capital-competência. E neste processo, o consumo assume uma configuração de produção de si, pois não é realizado com o objetivo de atender as necessidades e utilidades, mas torna-se um investimento em si, pois produz sua própria satisfação.

Analisando o capital humano, Foucault (2008) defende que ele é constituído de elementos inatos e adquiridos, sendo que os elementos inatos dizem respeito a utilização da genética para a melhoria do capital humano. Já os elementos adquiridos é a

---

(1988), na qual descreve o a vida como objeto da biopolítica, e se estende até o curso de 1978-1979 “Nascimento da Biopolítica” (2008).

<sup>19</sup> Para Foucault (2008) na interpretação econômica neoliberal o trabalho aparece como um empresário de si mesmo. Em suas palavras: “[...] homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008, p. 311). Se na economia clássica o indivíduo era explorado pela sua força de trabalho, agora, na concepção neoliberal, o indivíduo é ativo na construção de seu capital humano. É ele o responsável por assumir a tarefa de gerir sua vida por meio da produção de competências que o tornam útil aos interesses econômicos.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

constituição voluntária de sua competência no curso de sua vida, sendo esse o alvo da racionalidade neoliberal. E embora descreva que são os elementos que o indivíduo adquire ao longo da vida a principal preocupação das análises neoliberais, já apontava o que se tornaria hoje uma forte ambição biopolítica: a engenharia genética.

Se por um lado, a seleção genética torna possível agir sobre o elementos inatos, evitando os riscos que um indivíduo possa sofrer e selecionando os “bons equipamentos genéticos” (FOUCAULT, 2008, p. 313). A engenharia genética atrelada a ambição biopolítica econômica torna possível a prática da eugenia, isto porque, a ambição pela seleção genética tem como desdobramento a eliminação das deficiências; por outro lado, os investimentos educacionais tornam-se uma ferramenta indispensável para agregar valor aos elementos adquiridos. Investimentos no tempo, no afeto, culturais e na saúde que são realizados pelo indivíduo, pelas empresas e pelo Estado, com vistas a superar suas limitações, evitar suas deficiências e melhorar suas competências. Portanto, a formação educacional aparece no governo neoliberal como elemento estratégico para seu funcionamento, pois induz os próprios indivíduos a assumirem essa tarefa.

Já no curso “Em defesa da sociedade”, Foucault também vai descrever sobre a biopolítica como poder sobre a vida, principalmente em seus desvios. Como afirma:

[...] o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, e evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (FOUCAULT, 2005b, p. 295).

Também analisando o controle sobre a vida, Peter Sloterdijk (2012) na obra “Has de cambiar tu vida: sobre antropotécnica”, mostra como a vida passa a ser concebida como exercício, isto é, como qualquer operação mediante a qual se obtém ou se melhora a execução de uma operação. O autor também faz sua leitura, evidenciando como a vida tornou-se mecanizada, onde nossa experiência é determinada por uma lógica da eficiência. Atitude que Sloterdijk irá denominar de antropotécnica, ou seja, a maneira como incorporamos a eficiência técnica como modo de vida. Em suas palavras:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

“[...] uma nova atenção para a região comportamental da ascese, do exercício e do tratamento administrado a si mesmo em seu conjunto. Agora vamos tentar traduzir esta nova descrição em expressões correspondentes a uma teoria geral da antropotécnica” (SLOTERDIJK, 2012, p. 57, tradução nossa).

Também sobre a perspectiva de uma análise biopolítica, Francisco Ortega (2008), a partir do conceito de bioascese como prática que reproduz no subjetivo as regras de biossociabilidade, evidencia como nas últimas décadas desenvolveu-se uma nova figura antropológica: o sujeito cerebral. E através da neurociência e da psiquiatria surge a neuroascese como prática de si cerebral que visa maximizar a sua performance. A neuroascese se desenvolve por meio de mecanismos que visam oferecer “[...] desde programas de exercícios para aumentar a performance e o poder cerebral, prevenindo a decadência mental e combatendo demências [...]” (ORTEGA, 2008, p. 490). Assim, através do conceito de sujeito cerebral, Ortega descreve o aparecimento de uma nova ascese moderna que visa evitar a deficiência.

Neste mesmo sentido, Alexandre F. Carvalho (2014 apud PAGNI, 2016, p. 8-10) constrói uma leitura em que busca uma compreensão da ontologia política da deficiência, pois nossa condição é de um ser sujeito ao devir deficiente, seja por uma condição biológica ou acidental. O termo funciona como um guarda-chuva para pensar qualquer tipo de diferença em um indivíduo e é uma tentativa de fugir das designações negativas dos discursos humanistas, que afirmam que o indivíduo é especial por isso dever ser respeitado e cuidado.

Já Alexandre Simão Freitas (2016) tendo como referência os conceitos de “virada antropotécnica” de Sloterdijk<sup>20</sup> e de “ontologia do acidente” refletido no fenômeno da plasticidade de Malabou<sup>21</sup>, analisa que os processos formativos têm se

---

<sup>20</sup> Peter Sloterdijk na obra “Has de cambiar tu vida: sobre antropotécnica” (2012) introduz a noção de antropotécnica para pensar o humano como uma autoprodução por meio de exercícios. Freitas (2016) descreve o trabalho de Sloterdijk, o qual diferencia-se da concepção de Heidegger, descrevendo os mecanismos da antropotécnica que articulam a história do devir-humano e, mostrando que “as antropotécnicas são responsáveis por cultivar o humano, selecionando o que provém da multiplicidade ontológica da vida” (FREITAS, 2016, p. 235).

<sup>21</sup> Freitas (2016), passando por várias obras de Catherine Malabou, descreve o uso que a autora faz da noção de plasticidade para pensar o “uso desviado” que o termo assume na lógica capitalista com o conceito de flexibilidade. E descreve três significados de plasticidade utilizados por Malabou: uma que



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tornado processos antropotécnicos e que a preocupação da pedagogia é o de controlar as “estruturas plásticas inerentes à condição humana” (a vida humana se constitui como um acidente incontornável), tornando a deficiência apenas um limite nas tentativas biopolíticas de reconstituir um modelo ideal ou totalizante do humano. Freitas (2016) retoma o conceito de “plasticidade destrutiva” de Malabou para problematizar a atuação da pedagogia com o anúncio da fragilidade que todos os humanos compartilham. E afirma:

Essa sombria boa nova vem nos lembrar que o mero fato de estarmos vivos nos torna vulneráveis. O acidente torna-se uma propriedade da vida, e a capacidade de se transformar sob o efeito da destruição um horizonte possível, uma estrutura imanente ao próprio modo de ser do vivente. Todo corpo pode ser impactado por uma exterioridade, mas o resultado desse impacto pode ser a expropriação das forças ou o aumento da sua capacidade de resistir. Contudo, o que importa é que sem a percepção dessa condição vulnerável, o indivíduo não pode desfrutar das suas próprias *impotências*. Esse tipo de compreensão contém implicações éticas e políticas, pois como afirma Agamben (2014, p. 73), nada afeta tanto o destino humano como o estranhamento das suas *impotências* (FREITAS, 2016, p. 253)<sup>22</sup>.

Dessa forma, o acontecimento da deficiência é pensada como uma forma de plasticidade próprias ao modo de ser do homem. E isso para Freitas (2016, p. 253s), coloca em xeque os esforços da pedagogia para garantir a perfectividade do humano e problematizando as bases antropológicas que sustentam o debate sobre a formação humana. E conclui, como a pedagogia foi sempre o controle da plasticidade humana, torna-se necessário “assumir seu devir-deficiente, quem sabe, pode ser o caminho para escutar outras lições, acolhendo o fato de que toda presença, aparição ou manifestação

---

retoma a interpretação grega de individualidades plásticas; a segunda, que afirma que a plasticidade é o modo próprio de existência do cérebro e a terceira, a plasticidade como forma destruída. Malabou (2014) afirma por meio da plasticidade destrutiva que: “é necessário constatar e fazer reconhecer que todos nós podemos, um dia, nos tornar alguém outro, absolutamente outro, alguém que nunca se reconciliará consigo mesmo, que será essa forma de nós sem redenção nem resgate, sem últimas vontades, essa forma danada, fora do tempo” (MALABOU, 2014, p. 12).

<sup>22</sup> Sobre essa referência a Agamben, cita: “Aquele que é separado do que pode fazer pode, porém, resistir ainda, pode ainda não fazer. Aquele que é separado da sua *impotência* perde, ao contrário, principalmente, a capacidade de resistir. E como é somente a ardente consciência de que não podemos ser que garante a verdade do que somos, assim é apenas a visão lúcida do que não podemos ou podemos não fazer que dá consistência ao nosso agir” (Agamben apud FREITAS, 2016, p. 253).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

humana emerge como um modo de habitar na imperfeição, no inacabado, no indeterminado” (FREITAS, 2016, p. 257).

A partir disso, ser faz necessário pensar a deficiência não como uma identidade, onde esta diferença se dá como diferenciação cultural, ou diferença de gênero ou étnico-racial, antes pensá-la como uma ontologia do acidente (MALABOU, 2014) na qual nossa condição é de um ser sujeito ao devir deficiente, seja por uma condição biológica ou acidental, ou seja, uma diferença radical na qual o indivíduo não tem poder de escolha sobre sua condição, não pode contornar o acontecimento que o envolve. Considerar a deficiência como condição ontológica significa que fomos, somos ou teremos algum tipo de deficiência em algum momento de nossas vidas. E reconhecer que não há como ser eficiente em tudo, já é uma forma de atitude de resistência ao jogo.

Analisando a extensão desta biopolítica, especificamente sobre o tema da inclusão da deficiência no espaço das instituições escolares, percebe-se a prática de uma mentalidade de escola-empresa que tem por objetivo superar a deficiência pela eficiência. E por ser moralizante em seu modo de ensinar, não há espaço para que experiências ética/estéticas que valorizem a vida possam se expressar e, quando acontecem, são linhas de fuga que se realizam em paralelo ao ensino-aprendizado institucional.

Quando a inclusão do deficiente na escola não propicia um espaço de experiência singular de cada indivíduo, está apenas integrando para a normalização da eficiência, ou seja, criando algum tipo de competência que torne o indivíduo capaz de ser eficiente em alguma coisa. Uma ação também presente nas políticas públicas que a partir da metade do século XX se desenvolvem através de políticas afirmativas que visam a inclusão e que estão alicerçadas em um discurso de controle biopolítico, pois nada mais fazem de colocar em prática estratégias tecnológicas de integração dos que estão considerados fora do jogo do capital humano. Assim, tais práticas têm por objetivo a integração ao próprio sistema econômico. E em sintonia com a leitura de Foucault, tornam-se um dispositivo de controle, porque esse tipo de inclusão nada mais faz do que marcar o indivíduo em um território: da normalização.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Desse modo, por todo o corpo social age uma moralidade que tem por objetivo evitar a deficiência, isto é, uma normalização do agir evitando nossas possíveis incapacidades. A prática da eficiência por ser percebida nas atitudes como: ser produtivo no trabalho, ser um pai/mãe exemplar, ter um bom desempenho sexual, ser um educador que atingiu seus objetivos, etc. Evita-se a deficiência e se age programado pela eficiência. Age sobre a vida o imperativo da eficiência: seja eficiência para viver bem. E incorporado ao comportamento, torna as relações humanas cada vez menos fundamentadas em valores afetivos.

Estou a todo o momento tendo que provar minha eficiência. A eficiência invade a vida. Em nossas conversas cotidianas temos sempre uma resposta como exemplo de eficiência em algo, como: comprei algo mais barato ou melhor (roupa, bebida, etc.), uma receita para emagrecer, entre outros. No lazer, nossas viagens são programadas (procuramos sempre conhecer todo o percurso que vamos fazer e não damos espaço para o desconhecido). Nas redes sociais, como o Facebook, que tornou-se um dos templos modernos da exposição da eficiência, é o ambiente onde evidenciamos que somos eficientes em algo: ir a lugares, comprar coisas, fazer festas; contudo, nem sempre reflete a vida real. Vivemos programados pela lógica da eficiência. E passamos a julgar nossas relações interpessoais pela aceitação social de minha eficiência.

Nesta mesma lógica, tudo que fazemos está determinado pelo que nós esperamos ser ou que a sociedade postula sermos no futuro. E viver o presente não é dado sentido, devido a busca incansável de construir já o que precisamos ser um dia: um sujeito produtivo. Neste processo, vivemos uma experiência do tempo marcada pela determinação técnica, em que a realização dos procedimentos de agora (métodos, regras, instrumentos), tem em vista chegarmos a determinado fim. Trata-se segundo Foucault (2008) de um modo de controle da vida, um biopoder que por meio da objetividade de seu saber técnico tem por finalidade gerir nosso tempo de vida pela lógica da formação do capital humano.

### **A diferenciação ética como resistência**



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Com relação a ética ligado ao modo de vida, Foucault desenvolve no curso “A Hermenêutica do Sujeito” (2004) um estudo sobre a história do cuidado de si ou técnicas de si, no qual aponta seu início com o modelo platônico do princípio socrático do “conhece-te a ti mesmo” e tendo seu apogeu no período helenístico, aonde o cuidado de si visava a autonomia do indivíduo através de práticas que tinham como principal objetivo a transformação de si em busca de um estilo de existência. Ao tratar sobre a questão ética compreendendo como um modo de vida, Foucault encontra uma linha de fuga para os modos de vida normais/vazios da vida moderna. Isto porque, além de ser uma ação política imbuída de princípios éticos, o modo de vida ao promover a experiência singular (deficiente ou não) permite a construção de uma ética comum. Essa arte da existência não deve obedecer a uma vida regrada, pois esta não permite o aperfeiçoamento da vida; não regra, mas uma forma de vida, ou seja, buscar constituir um estilo de vida, uma forma de vida que se constitua em uma obra bela.

A partir desta perspectiva ética e buscando pensar a possibilidade de um modo de vida deficiente na escola, o prof. Pedro Pagni (2017a) analisa os discursos e as práticas da inclusão da deficiência escolar como um procedimento biopolítico que produz um “exercício de poder normativo da deficiência” que constroem padrões de normalidade por meio de saberes científicos, de técnicas terapêuticas e de tecnologias pedagógica (2017a, p. 261-262)<sup>23</sup>. O tema da inclusão da deficiência no espaço das instituições escolares é percebido a partir de uma mentalidade de escola-empresa, que tem por objetivo superar a deficiência pela eficiência. Quando a inclusão do deficiente na escola não propicia um espaço de experiência singular de cada indivíduo, está apenas integrando para a normalização da eficiência, ou seja, criando algum tipo de competência que torne o indivíduo capaz de ser eficiente em alguma coisa. E por ser normalizador, não há espaço no modo de ensinar para que experiências ética/estéticas que valorizem a vida possam se expressar e, na maioria das vezes, acontecem em linhas de fuga que se realizam em paralelo ao ensino-aprendizado institucional.

---

<sup>23</sup> Pagni também publica em 2017 o artigo *Da exclusão a um modelo identitário de inclusão: a deficiência como paradigma biopolítico* (2017b), no qual analisa as políticas de inclusão escolar que transformam a deficiência em um modelo jurídico e administrativo do paradigma biopolítico.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Como resistência a esse modo de proceder, Pagni desenvolve a noção de “diferenciação ética” (2017a, p. 262) como um modo de defesa dos modos de vida minoritários como a deficiência e como uma maneira de questionar os discursos marginalizadores de uma democracia comandada por uma “isonomia quantitativa” que privilegia a maioria. Ainda, sobre a diferenciação ética afirma:

Neste caso, ao contrastar as análises da biopolítica com a ontologia da diferença, para usar uma expressão de Judith Revel (2004), procura-se vislumbrar as resistências expressas em alguns modos de existência, de **vidas errantes**, deficientes e desviantes aos dispositivos atuais do biopoder, encontrando nessas deficiências uma das possíveis formas de **diferenciação ética** emergentes na escola e acontecimentos capazes de colocar em xeque os processos de subjetivação imperantes dominantes nessa instituição (PAGNI, 2017a, p. 258, grifo nosso).

Dessa forma, a “diferenciação ética” constitui um modo de ser e de “relações agônicas dos grupos minoritários” que resiste a essa “isonomia quantitativa” que norteia os modos de inclusão escolar, esta que é gerenciada por uma democracia alicerçada nas formas de governamentalidade do mercado e do capital (PAGNI, 2017a, p. 261-263)<sup>24</sup>. Disso resulta, segundo Pagni (2015) que por meio dessa racionalidade econômica não se reconhece que o deficiente também age no mundo tendo vontades e fazendo escolhas. E para se construir um ética como modo de vida é preciso respeitar a sua liberdade. Como afirma: “[...] é um sujeito impassível, errante e imprevisível como a vida. Justamente por isso, esse sujeito capaz de criar modos de existência outros para habitar eticamente o mundo, teria como sua condição ontológica a liberdade. Enfim, para Pagni (2017a) a “diferenciação ética” constitui a possibilidade de construir um modo de vida por meio de uma experiência singular que potencializa e resiste a sua destituição nas relações de poder vigente.

---

<sup>24</sup> Pagni finaliza o artigo, com essa problematização da diferenciação ética como forma de resistência e como possibilidade de outro modo de vivenciar a deficiência: “Cabe perguntar se essa diferenciação que exprimem não seria a possibilidade de transformar as próprias formas de existência hegemônicas nas comunidades das quais participam e da própria esfera pública, exigindo uma democracia que não se pautasse exclusivamente em uma isonomia quantitativa, mas também na valorização da convivência agônica e qualitativa de diferentes modos de existência, elegendo-o como seu princípio vital e como uma maneira de resistir à atual configuração da biopolítica” (PAGNI, 2017a, p. 271).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Pensar a diferenciação ética por meio da compreensão da vida como uma existência errante é uma ideia que Foucault (2005a) desenvolve ao interpretar a relação que George Canguilhem<sup>25</sup> faz entre vida, ciência e erro. Sobre isso afirma: “[...] o ‘erro’ constitui não o esquecimento ou o atraso da realização prometida, mas a dimensão peculiar da vida dos homens e indispensável ao tempo da espécie” (FOUCAULT, 2005a, p. 365).

Conceber a deficiência como um modo de vida significa ir além da compreensão conceitual, científica, médica e jurídica onde a diferença se dá pela identidade, que visa ao controle e a previsão do comportamento. Se a educação não criar espaços de diferenciação ética que possibilita que os modos de vida sejam expressos e vividos, continuaremos reproduzindo uma linguagem normalizante (jurídica, médica, moralizante, etc.). Quando nos deparamos com o deficiente nos sentimos impotentes e nos damos conta de como estamos envolvidos por esta lógica produtiva: sentimos nossa própria deficiência. A deficiência denuncia nosso modo de ser eficiente e, também, como nós mesmos promovemos a anulação das nossas próprias deficiências (ignorância, limites, fracassos, infantilidade, loucura, etc.). Assim que o devir deficiente se mostra, nos interpela e tendemos a julgar pelos parâmetros da normalidade eficiente, contudo, devemos experimentar aquilo que nos faz comum: a deficiência que nos faz demasiadamente humanos e singulares.

Ainda, segundo Pagni (2015) por meio da racionalidade econômica não se reconhece que o deficiente também age no mundo tendo vontades e fazendo escolhas. E para se construir um ética como modo de vida é preciso respeitar a sua liberdade. Como afirma: “[...] é um sujeito impassível, errante e imprevisível como a vida. Justamente por isso, esse sujeito capaz de criar modos de existência outros para habitar eticamente o mundo, teria como sua condição ontológica a liberdade”. (PAGNI, 2015, p. 95).

Ainda, segundo Carlos Skliar (2015) precisamos pensar a diferença para além das interpretações do que chama diferencialismo, em que a diferença é pensada como

---

<sup>25</sup> George Canguilhem (1904-1995), filósofo e médico francês que influenciou na leitura de Foucault sobre a história das ciências, guiadas pelas ideias de descontinuidade, pela especificidade das ciências da vida e da história da formação dos conceitos (CASTRO, 2009).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

uma coisa, um fenômeno ou um conceito e impede de que se perceba o outro como qualquer um. Em suas palavras: “[...] porque, no fundo, evita que o outro seja visto como outro e, assim, separa, abandona, põe sob suspeita a ideia de que o outro é tão humano quanto aquele”. (SKLIAR, 2005, p. 32, tradução nossa). Isso significa que devemos perceber o outro como qualquer um, e ver o que é único em cada um, ou seja, a diferença deve ser pensada como o que é comum em nós. O comum em nós, não é o que nos torna iguais, mas o que nos faz diferentes, singulares.

Buscando dar espaço a experiência singular como forma de resistência a normatização, citamos o ensinamento transmitido pela história do vinhateiro, relatada por Walter Benjamin no texto de 1933 - *Experiência e Pobreza* (1987) -, no qual o autor cita a parábola de um velho que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos, o que faz com que os dois ao cavarem em busca do possível tesouro, tornam a vinheira muito produtiva. A transmissão do ensinamento do vinhateiro de Benjamin é de que o indivíduo deve produzir sua própria experiência. Com essa história, Benjamin denuncia o surgimento de uma nova forma de miséria: o empobrecimento da experiência, provocado pelo monstruoso desenvolvimento da técnica, o qual leva a fazer apenas experiências passageiras. A característica da modernidade é fazer experiências descartáveis, fazendo com que uma experiência substitua a outra sem se constituir em uma formação própria. Como também expressa em outro texto: “[...] tempo infernal, em que transcorre a existência daqueles a quem nunca é permitido concluir o que foi começado” (BENJAMIN, 1989, p. 129).

### **Considerações Finais**

Precisamos ver o outro não pela sua diferença/deficiência baseados em parâmetros da igualdade/normalidade, mas através de modos de vida que se realizam na diferença. Olhar a deficiência como um modo de vida protagonista, que tem algo a ensinar. A deficiência como uma maneira de ser, que por meio de vínculos de amizade, se estende para além dos muros escolares. E não encontrando espaço na instituição escolar se realiza como linhas de fuga, como um modo de vida que em cada afeto,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

escolhas acertadas ou não, constrói uma experiência singular consigo mesmo ou com o mundo.

Para ser possível construir um modo de vida deficiente no espaço escolar, torna-se necessário primeiro uma atitude interna dos profissionais da educação, abandonando os discursos de que não estão preparados para lidar com a deficiência; isto porque, tomado a vida como um modo singular de se expressar, não há capacitação que forneça ferramentas suficientes e definitivas para lidar com cada modo de vida singular que precisa de espaço para expressá-la. Um segundo passo é deixar-se envolver por uma atitude que seja conduzida pela ética do acolhimento amoroso, um olhar que deixa-se afetar pelo outro. Uma amorosidade que não permita que eles permaneçam na má sorte.

Essa normalização age através de práticas incorporadas em uma moralidade que excluem a deficiência. A partir desse modo de ser eficiente agimos evitando a deficiência. A normalização faz com que nos relacionemos com a deficiência como uma diferença a ser superada em nós e na própria sociedade, seja pela construção de competências, seja por meios genéticos. Quando nos deparamos com o deficiente nos sentimos impotentes e nos damos conta de como estamos envolvidos por esta lógica produtiva: sentimos nossa própria deficiência. O deficiente denuncia nosso modo de ser eficiente e, também, como nós promovemos a anulação das nossas próprias deficiências (ignorância, limites, fracassos, infantilidade, loucura, etc.). Assim que o devir deficiente se mostra, nos interpela e tendemos a julgar pelos parâmetros da normalidade eficiente, contudo, devemos experimentar aquilo que nos faz comum: a deficiência é que nos faz humanos e singulares.

É preciso pensar a deficiência não como uma identidade, onde esta diferença se dá como diferenciação cultural, ou diferença de gênero ou étnico-racial, antes pensá-la como uma diferença radical, onde o indivíduo não tem poder de escolha sobre sua condição, não pode contornar o acontecimento que o envolve. Uma deficiência como condição ontológica: fomos, somos ou teremos algum tipo de deficiência em algum momento de nossas vidas. Reconhecer que não há como ser eficiente em tudo, já é uma forma de atitude de resistência ao jogo.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## Referências

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119. Disponível em: <<https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/walter-benjamin-experiencia-e-pobreza.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo** (Obras Escolhidas III). Editora Brasiliense, 1989, p. 103-149.

CARVALHO, A. F. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: PAGNI, Pedro Angelo. **Da exclusão à modelo de identidade: a deficiência como paradigma biopolítico**. Marília: UNESP, 2016 (Mímeo).

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Márcio A. da Fonseca e Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. A vida: a experiência e a ciência. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a, p. 352-366.

FOUCAULT, M. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Trad. Vera L.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 16 ed. Trad. Maria T. C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, A. S. O *devoir-deficiente* da pedagogia: notas para uma antropologia filosófico-educacional da plasticidade. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 231-260, mai.-ago. 2016.

MALABOU, C. **Ontologia do Acidente: ensaio sobre a plasticidade destrutiva**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ORTEGA, F. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. In: **MANA**, 14(2): 477-509, 2008.

PAGNI, P. A. A emergência do discurso da inclusão na biopolítica: Uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**. v. 22, n. 68, p. 255-272, jan.-mar. 2017a.

PAGNI, P. A. Da exclusão a um modelo identitário de inclusão: a deficiência como paradigma biopolítico. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 167-188, jan.-abr. 2017b.

PAGNI, P. A. **Biopolítica, diferenciação ética e educação**: outro olhar sobre a inclusão - retratos da positividade da deficiência. Disciplina de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação na UNESP de Marília. Mar./mai. 2016.

PAGNI, P. A. **Diferença, subjetivação e educação**: um olhar outro sobre a inclusão escolar. In: **Pro-Posições**, v. 26, n. 1 (76), p. 87-103, jan./abr. 2015.

SLOTERDIJK, P. **Has de cambiar tu vida**: sobre antropotécnica. Valencia: Pre-texto, 2012.

SKLIAR, C. La pronunciación de la diferencia entre lo filosófico, lo pedagógico y lo literário. In: **Pro-Posições**, v. 26, n. 1 (76), p. 29-47, jan./abr. 2015.

Recebido em: 15/05/2021

Aprovado em: 14/06/2021

Publicado em: 22/07/2021